



AULÃO DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS

1 – (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial) Julgue o item abaixo, relativo aos poderes da administração pública.

O atributo da exigibilidade, presente no exercício do poder de polícia, ocorre quando a administração pública se vale de meios indiretos de coação para que o particular exerça seu direito individual em benefício do interesse público, tal como a não concessão de licenciamento do veículo enquanto não forem pagas as multas de trânsito.

2 – (CESPE - 2012 - DPF - Papiloscopista da Polícia Federal) O foro competente para o julgamento de ação de indenização por danos materiais contra empresa pública federal é a justiça federal.

3 – (CESPE - 2012 - AGU - Advogado) Acerca dos atos administrativos e do poder de polícia, julgue os itens subsequentes.

Embora a revogação seja ato administrativo discricionário da administração, são insuscetíveis de revogação, entre outros, os atos vinculados, os que exaurirem os seus efeitos, os que gerarem direitos adquiridos e os chamados meros atos administrativos, como certidões e atestados.

4 – (CESPE - 2012 - DPF - Papiloscopista da Polícia Federal) Configura-se a inexigibilidade de licitação quando a União é obrigada a intervir no domínio econômico para regular preço ou normalizar o abastecimento.

5 – (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial) Quando o vício do ato administrativo atinge o motivo e a finalidade, não é possível a sua convalidação.

6 – (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial) Segundo classificação doutrinária, quanto ao critério relacionado à posição estatal, os órgãos autônomos são aqueles originários da Constituição e que representam os três poderes do Estado, cujas funções são exercidas por agentes políticos.

7 – (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial) Considera-se controle administrativo aquele exercido pela administração pública sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito. Normalmente denominado de autotutela, esse é um poder que se exerce apenas por iniciativa própria.

8 – (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial) Tanto a investidura em cargo como em emprego público exige aprovação prévia em concurso público, mas a nomeação para cargos em comissão e funções de confiança, assim como a contratação para serviços temporários, prescinde dessa exigência.

9 – (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial) A Constituição Federal determina a obrigatoriedade de a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios instituírem, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração direta e de todas as entidades da administração indireta.

10 – (CESPE - 2012 - STJ - Todos os Cargos) Dado o princípio da adjudicação compulsória, a administração pública está obrigada a adjudicar o objeto do procedimento licitatório tão logo seja concluído o julgamento das propostas.

11 – (CESPE - 2012 - STJ - Todos os Cargos) O convite é modalidade de licitação admitida nas licitações internacionais.

12 – (CESPE - 2012 - PC-CE - Inspetor de Polícia - Civil) A responsabilidade civil do Estado exige três requisitos para a sua configuração: ação atribuível ao Estado, dano causado a terceiros e nexos de causalidade.

13 – (CESPE - 2012 - AGU - Advogado) Julgue os itens que se seguem, a respeito da administração indireta e do terceiro setor.

A qualificação de agência executiva federal é conferida, mediante ato discricionário do presidente da República, a autarquia ou fundação que apresente plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e celebre contrato de gestão com o ministério supervisor respectivo.

14 – (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados – Analista) Considere que um servidor público federal tenha sido aposentado mediante portaria publicada no ano de 2008 e que, em 2010, o TCU tenha homologado o ato de aposentadoria. Nessa situação hipotética, esse ato caracteriza-se como complexo, visto que, para o seu aperfeiçoamento, é necessária a atuação do TCU e do órgão público a que estava vinculado o servidor.

15 – (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados – Analista) Em um processo administrativo, a administração pública deixou de intimar Lucas, a parte interessada, para tomar ciência de sanção que lhe foi imposta; contudo, Lucas apresentou-se nos autos de forma espontânea. Nessa situação, configurou-se hipótese de nulidade, por ofensa ao princípio da ampla defesa e do contraditório, visto que o comparecimento de Lucas não supre a falta cometida pela administração.

16 – (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados – Analista) Laura foi contratada pelo poder público federal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem ter sido submetida a prévio concurso público. Nessa situação, a contratação é válida, já que o concurso público não é indispensável para a investidura e para o exercício da função pública.

17 – (CESPE - 2012 - MPE-PI - Técnico Ministerial) Se um servidor público for aposentado por invalidez, mas o motivo dessa invalidez deixar de existir, tal servidor deverá retornar à ativa. Tal retorno tipificará o que a legislação denomina recondução.

18 – (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio - BÁSICOS) As entidades de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos prejuízos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

19 – (CESPE - 2012 - STJ - Técnico Judiciário) Melhor técnica e menor preço são exemplos de modalidades de licitação.



20 – (CESPE - 2013 - TJ-DF - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado que integram a administração indireta, não podem exercer atividade de natureza lucrativa.

21 – (CESPE - 2013 - TJ-DF - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público, ocorre a descentralização por meio de outorga.

22. (Técnico Judiciário TJ-RJ 2008 Cespe) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não se sujeitam a procedimentos licitatórios por terem o mesmo tratamento jurídico das empresas privadas.

23. (Técnico Judiciário TJ-RJ 2008 Cespe) Não é permitido às autarquias desempenhar atividades econômicas.

24. (CESPE - 2011 - IFB - Professor - Direito) A Ordem dos Advogados do Brasil, na qualidade de autarquia profissional, não integra a administração indireta e não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União.

25. (Agente de Inteligência – ABIN 2008 Cespe) Com relação aos princípios básicos da administração pública, julgue os seguintes itens.

Não viola o princípio da motivação dos atos administrativos o ato da autoridade que, ao deliberar acerca de recurso administrativo, mantém decisão com base em parecer da consultoria jurídica, sem maiores considerações.

26. As sanções aplicáveis aos atos de improbidade têm natureza civil e, não, penal.

27. O poder de polícia do Estado pode ser delegado a particulares.

28. (CESPE - 2011 - IFB - Professor - Direito) É possível a delegação do poder de polícia a particulares, desde que a restrição ao exercício de um direito seja em favor do interesse público.

29. (CESPE - 2011 - TRE-ES - Analista Judiciário - Área Judiciária - Específicos) Ainda que não lhe seja permitido delegar o poder de polícia a particulares, em determinadas situações, faculta-se ao Estado a possibilidade de, mediante contrato celebrado, atribuir a pessoas da iniciativa privada o exercício do poder de polícia fiscalizatório para constatação de infrações administrativas estipuladas pelo próprio Estado.

30 (Oficial de Inteligência – ABIN 2008 Cespe) Quanto aos poderes públicos, julgue os próximos itens.

Decorre do poder disciplinar do Estado a multa aplicada pelo poder concedente a uma concessionária do serviço público que tenha descumprido normas reguladoras impostas pelo poder concedente.

31. (Téc. Jud. TREMT 2010 Cespe) Os particulares em colaboração com o poder público são considerados agentes públicos, mesmo que prestem serviços ao Estado sem vínculo empregatício e sem remuneração.

32 - (CESPE - 2008 - MPE-RR - Analista de Sistemas) A ação popular e a ação civil pública são exemplos de instrumentos de controle da administração pública.

33 - (CESPE - 2008 - MPE-RR - Analista de Sistemas) Os atos administrativos discricionários não são passíveis de controle pelo Poder Judiciário.

34 - (CESPE - 2011 - PREVIC - Técnico Administrativo - Básicos) Os serviços de iluminação pública podem ser classificados como serviços singulares ou *uti singuli*, já que os indivíduos possuem direito subjetivo próprio para sua obtenção.

35 – (CESPE - 2013 - CNJ - Técnico Judiciário - Área Administrativa) As entidades políticas são pessoas jurídicas de direito público interno, como a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Já as entidades administrativas integram a administração pública, mas não têm autonomia política, como as autarquias e as fundações públicas.

36 – (CESPE - 2013 - IBAMA - Analista Ambiental) A criação do IBAMA, autarquia a que a União transferiu por lei a competência de atuar na proteção do meio ambiente, é exemplo de descentralização por serviço.

37 – (CESPE - 2013 - TJ-DF - Técnico Judiciário) Entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado que integram a administração indireta, não podem exercer atividade de natureza lucrativa.

38 – (CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário) Pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta, as empresas públicas são criadas por autorização legal para que o governo exerça atividades de caráter econômico ou preste serviços públicos.

39 - (CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário) As autarquias federais detêm autonomia administrativa relativa, estando subordinadas aos respectivos ministérios de sua área de atuação.

40 – (CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário) O fato de uma autarquia federal criar, em alguns estados da Federação, representações regionais para aproximar o poder público do cidadão caracteriza o fenômeno da descentralização administrativa.

41 – (CESPE - 2013 - CNJ - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Considere que determinado cidadão tenha sido convocado como mesário em um pleito eleitoral. Nessa situação hipotética, no exercício de suas atribuições, ele deve ser considerado agente político e, para fins penais, funcionário público.

42 - (CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário) Suponha que, na execução de determinada obra pública, o contratado paralise a obra sem justa causa e sem prévia comunicação à administração. Nesse caso, a administração estará legitimada a promover a rescisão do contrato após obter autorização judicial em ação proposta com essa finalidade específica.

43 – (CESPE - 2013 - CNJ - Técnico Judiciário) Considere que uma sociedade empresária tenha celebrado contrato administrativo de prestação de serviço com determinado órgão público. Nessa situação hipotética, caso a administração julgue conveniente a substituição da garantia de execução, o contrato poderá ser alterado unilateralmente.



44 – (CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário) O Poder Judiciário, no exercício da atividade administrativa, pode exercer controle administrativo, inclusive para revogar seus próprios atos administrativos.

45 – (CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário) O controle prévio dos atos administrativos do Poder Executivo é feito exclusivamente pelo Poder Executivo, cabendo aos Poderes Legislativo e Judiciário exercer o controle desses atos somente após sua entrada em vigor.

46 – (CESPE - 2013 - TJ-DF - Técnico Judiciário) O servidor que estiver sendo processado judicialmente pela prática de ato de improbidade somente perderá a função pública após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

47 – (CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário) Somente são sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa os agentes públicos, assim entendidos os que exercem, por eleição, nomeação, designação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios.

48 – (CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário) O ressarcimento ao erário e a suspensão dos direitos políticos são penas aplicáveis aos servidores públicos que cometerem atos de improbidade administrativa.

49 – (CESPE - 2013 - TJ-DF - Técnico Judiciário) Considere que determinado agente público detentor de competência para aplicar a penalidade de suspensão resolva impor, sem ter atribuição para tanto, a penalidade de demissão, por entender que o fato praticado se encaixaria em uma das hipóteses de demissão. Nesse caso, a conduta do agente caracterizará abuso de poder, na modalidade denominada excesso de poder.

50 – (CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário) Os fatos administrativos não produzem efeitos jurídicos, motivo pelo qual não são enquadrados no conceito de ato administrativo.

51 – (CESPE - 2012 - MPE-PI - Técnico Ministerial) Considere a seguinte situação hipotética. Carlos, servidor público federal, requereu licença por motivo de doença, pois sua esposa fora diagnosticada com uma rara doença, cujo tratamento demanda cuidados intensos e de alto custo. Para que não ficasse sem recursos financeiros durante o período de sua licença, ele aceitou uma oferta remunerada para trabalhar em casa. Nessa situação, Carlos não está amparado pela lei

52 – (CESPE - 2012 - STJ - Técnico Judiciário) O servidor público adquire estabilidade no cargo após dois anos de efetivo exercício, de modo que, após decorrido esse prazo, somente poderá ser demitido em virtude de decisão judicial transitada em julgado.

53 – (CESPE - 2012 - STJ - Técnico Judiciário) Se o servidor que ocupa determinado cargo público tomar posse em outro cargo inacumulável, haverá vacância do cargo de origem.

54 – (CESPE - 2012 - STJ - Todos os Cargos) É vedada a incorporação de adicionais ao vencimento do servidor público.

55 – (CESPE - 2012 - PC-CE - Inspetor de Polícia) A remoção é uma forma de provimento.

56 – (CESPE - 2012 - PC-CE - Inspetor de Polícia) O servidor público estável de autarquia federal que, mediante aprovação em novo concurso público, ocupe cargo em órgão do Poder Judiciário poderá optar, durante o estágio probatório no novo cargo, pelo retorno ao cargo anteriormente ocupado.

57 – (CESPE - 2012 - AGU - Advogado) Com base na jurisprudência dos tribunais superiores e na legislação de regência, julgue os próximos itens, relativos a agentes públicos.

Conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990, a instauração de PAD interrompe a prescrição até a decisão final, a ser proferida pela autoridade competente; conforme entendimento do STF, não sendo o PAD concluído em cento e quarenta dias, o prazo prescricional volta a ser contado em sua integralidade.

58 – (CESPE - 2011 - TCU - Auditor Federal de Controle Externo) A revisão do processo administrativo disciplinar é cabível quando se apresentarem novos fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação das penalidades aplicadas, podendo ocorrer de ofício ou a pedido, a qualquer tempo.

59 – (CESPE - 2011 - TCU - Auditor Federal de Controle Externo) A estabilidade diz respeito ao cargo público, e o estágio probatório, ao serviço público. Dessa forma, a estabilidade, em regra, é adquirida uma única vez pelo servidor na administração pública de um mesmo ente federado; por outro lado, o servidor pode submeter-se a vários estágios probatórios, se entrar em exercício em diferentes cargos públicos.

60 – (CESPE - 2011 - EBC - Analista) Um empregado público submetido a procedimento administrativo disciplinar do qual resultou punição interpôs recurso administrativo dirigido ao superior hierárquico do agente público que lhe aplicara a sanção. Nessa situação, o servidor deve estar ciente de que a administração, ao conhecer do recurso interposto, poderá aplicar, no exercício da autotutela, sanção mais grave, assim como deve estar ciente de que não incide na esfera administrativa, por este fundamento, a vedação do reformatio in pejus.

61 – (CESPE - 2011 - STM - Técnico Judiciário) Aplica-se suspensão em caso de reincidência de falta punida com advertência e de violação de proibição que não tipifique infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo a suspensão exceder a noventa dias.

62 – (CESPE - 2011 - STM - Analista Judiciário) Considere a seguinte situação hipotética.

Paulo tomou posse, pela primeira vez, em cargo efetivo no âmbito da administração pública direta da União, em fevereiro de 2008, e, em março de 2010, requereu a concessão de afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no Brasil. Nessa situação, Paulo poderá ser afastado sem perda de remuneração.

63 – (CESPE - 2011 - FUB - Analista de Tecnologia da Informação) De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.



64 – (CESPE - 2011 - FUB - Analista de Tecnologia da Informação) O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá sessenta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até trinta dias, quando as circunstâncias o exigirem e estiverem devidamente fundamentadas.

65 – (CESPE - 2011 - TRE-ES - Técnico Judiciário) O gozo de férias do servidor pode ser interrompido, entre outros motivos, por convocação de júri, serviço eleitoral ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que o servidor desempenhe suas funções.

66 – (CESPE - 2011 - CNPQ - Analista) O auxílio-moradia deve ser concedido a servidor público federal que, entre outros requisitos, tenha se mudado do local de residência para ocupar cargo em comissão ou função de confiança do grupo direção e assessoramento superiores (DAS), níveis 4, 5 e 6, de natureza especial, de ministro de Estado ou equivalentes.

67 – (CESPE - 2011 - CNPQ - Analista) Desde que haja interesse da administração, é possível a remoção de servidor público federal para acompanhar, por motivo de saúde, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada a remoção à comprovação por junta médica oficial.

68 – (CESPE - 2011 - FUB) Na hipótese de reintegração decorrente de decisão administrativa ou judicial, o servidor deve ser ressarcido de todas as vantagens e, caso o cargo anteriormente ocupado esteja provido, o seu eventual ocupante deve ser reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo ou, ainda, posto em disponibilidade.

69 – (CESPE - 2011 - FUB - Cargos de Nível Médio) É vedada a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade, na forma estabelecida pela Constituição Federal.

70 – (CESPE - 2011 - FUB - Cargos de Nível Médio) Os servidores efetivos cumprem jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 44 horas.

71 – (CESPE - 2011 - TRE-ES - Técnico Judiciário) Se determinado servidor, na data de publicação do ato de provimento de certo cargo público, estiver em gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família, o prazo para a posse será contado do término do respectivo impedimento.

72 – (CESPE - 2013 - CNJ - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Considere que determinado servidor público tenha substituído seu chefe, afastado para gozo de licença, pelo período de três meses. Nessa situação hipotética, pelo período da substituição, o servidor substituto fará jus à retribuição pelo exercício da chefia, inclusive se a titularidade for de unidade administrativa organizada em nível de assessoria.

73 - (CESPE - 2013 - CNJ - Analista Judiciário) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é

irredutível, salvo nos casos de calamidade pública ou guerra externa.

74 - (CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Técnico Judiciário) Havendo conveniência para o serviço, a pena de suspensão pode ser convertida em multa correspondente à metade por dia do vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer no desempenho de suas atribuições.

75 – (CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário) O servidor público civil que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade acumulará ambos os acréscimos sobre seu vencimento.

GABARITOS:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	C	C	E	C	E	E	C	E	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	C	C	E	C	E	C	E	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	E	E	C	C	C	E	E	C	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	E	E	C	C	E	C	E	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	E	E	C	E	C	E	C	C	E
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	E	C	E	E	C	C	C	E	C
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
C	E	C	E	C	C	E	C	C	E
71	72	73	74	75					
C	E	E	C	E					